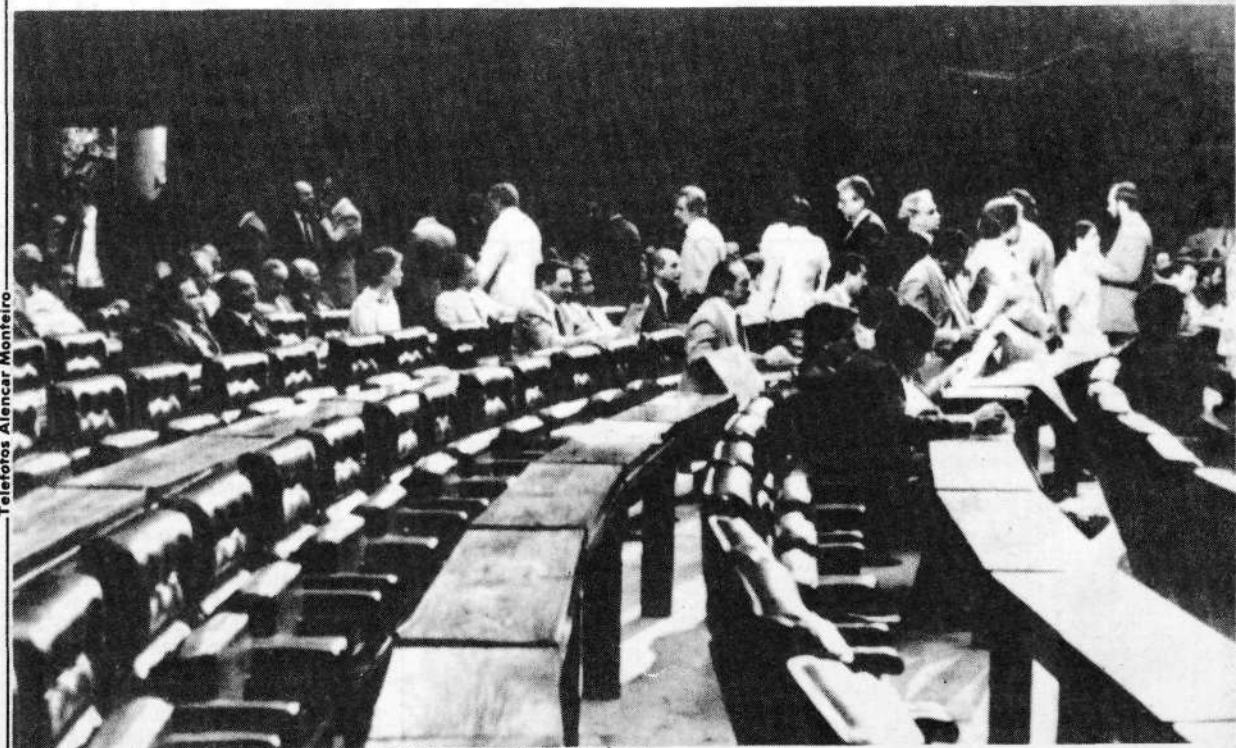


# Política

CONSTITUINTE



Previdendo a derrota, o Centrão sai do plenário para não dar quórum.



Bernardo Cabral, o relator, orientando os constituintes.

## Direito à propriedade: quem ganha essa?

Sem quórum, a votação ficou para segunda-feira. E Ulysses prevê um acordo até lá, em torno de uma emenda alternativa.

### PRAZOS

#### Os parlamentares apostam na votação acelerada

Apesar do impasse na votação do parágrafo referente às restrições ao direito de propriedade, a maioria dos constituintes acha que será mantido, na próxima semana e nas seguintes, o ritmo acelerado de votação, como ocorreu nos últimos dias, de modo a que a futura Carta constitucional seja concluída mais cedo do que o previsto anteriormente.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) recorre a um argumento concreto: se a Constituição não ficar pronta até maio, corre o risco de ser protelada indefinidamente, pois a partir de então os parlamentares ficarão envolvidos com as eleições municipais. Para o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), meados de maio é um prazo razoável para a promulgação da nova Carta.

A agilização dos trabalhos será permitida, na prática, pelo painel eletrônico de votação, e em termos políticos pelos acordos sobre os temas polêmicos. Miro acha que haverá acordo também sobre a estabilidade no emprego, e que o impasse referente ao direito de propriedade acabará trazendo benefícios, pois o acordo sobre esse item específico facilitaria o entendimento sobre temas afins, como a reforma agrária e a reforma urbana, a serem tratados mais adiante.

Afif Domingos, também acha que acabará havendo acordo sobre todos os itens e as votações continuarão em ritmo acelerado. "Os setores radicais entenderam que não conseguirão impor suas posições, porque as eventuais maiorias são precárias e haveria revanchismo", afirma o deputado paulista. "Temos que fazer como diria o Ulysses Guimarães: na iminência de um impasse, suspender os trabalhos para tentar novos acordos", diz Afif. Já o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) prevê que a Constituição ficará pronta em meados de abril, com maiores possibilidades de acordo sobre os temas ainda polêmicos.

Para Miro Teixeira, ao prever que a Constituição encerrará seus trabalhos em fins de junho ou início de julho, o presidente Ulysses Guimarães apenas quer criar uma expectativa diferente, com a antecipação do final dos trabalhos. Assim como antes ele previu que a Constituição ficaria pronta em 7 de setembro ou 15 de novembro passado, ambos os prognósticos frustrados, desta vez preferiu prever o prolongamento dos trabalhos para ser surpreendido com a antecipação do final.

A perspectiva de um acordo partidário, para a votação do dispositivo que trata do direito à propriedade privada e das condições para sua desapropriação, adiou para a sessão de segunda-feira à tarde a decisão da Assembleia Nacional Constituinte sobre a matéria, sendo provável o acolhimento de um texto que concilia a proposta do Centrão com o dispositivo do projeto da Comissão de Sistematização.

A votação de ontem não foi suspensa, mas como era evidente a derrota da emenda do Centrão, que não tinha em plenário número suficiente para garantir uma vitória, seus integrantes preferiram abandonar o recinto, enquanto, numa questão de ordem, o senador Virgílio Távora (PDS-CE), anunciou que estava sendo promovido um entendimento entre as lideranças "faltando poucos retoques num texto que leu para conhecimento do plenário".

Dos 244 constituintes que ficaram em plenário, 208 votaram contra a emenda do Centrão, apenas 20 a favor, enquanto 16 se absteve-

ram. Como não houve o quórum de 280 votantes, a decisão ficou para a sessão de segunda-feira, às 14 horas.

O grande número (208) de votos contrários ao Centrão poderá contribuir, neste final de semana, para acelerar os entendimentos anunciados por Virgílio Távora. O texto lido pelo senador é o seguinte: "É assegurado o direito de propriedade, protegido pelo Estado e subordinado ao bem-estar social. A lei estabelecerá os pontos para a desapropriação pelo poder público, nos casos de necessidade pública ou interesse social, mediante justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

O texto da Sistematização assegura a propriedade rural, até 25 hectares, mas desde que "trabalhada por uma família, excluindo-se a penhora para pagamento de quaisquer débitos".

A proposta do Centrão é semelhante, mas prevê a desapropriação, por necessidade ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. E, ainda, autoriza o uso da propriedade pe-

la autoridade, em caso de perigo público iminente, assegurada indenização ulterior, se houver bens.

Ontem, antes da votação, o líder Mário Covas declarou que o PMDB votaria contra o texto do Centrão e, a propósito do entendimento em curso, explicou que "gostaria de ouvir, do Centrão, a garantia de o que consta nos dispositivos sobre reforma agrária será igualmente garantido para indenização em dinheiro".

Para orientar o plenário, o relator Bernardo Cabral informou que a exclusão, no texto em estudo, de dispositivos para proteger o meio ambiente não é relevante, porque a proteção ambiental já está assegurada em outros dispositivos.

#### Acordo

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, fará contatos durante todo o final de semana, na tentativa de viabilizar o consenso em torno do texto lido por Virgílio Távora. Ele diz estar otimista quanto a isso e depois de conversar com lideranças do Cen-

trão e com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse que "existe um texto que reúne simpatia — ao que parece majoritária".

Segundo Ulysses, o consenso em torno da emenda evitaria o chamado "buraco negro", com a votação rápida do assunto. De qualquer maneira, Ulysses disse que a emenda não votada ontem será novamente analisada na segunda-feira, caso não consiga um acordo entre as lideranças. Um dos obstáculos para o acordo é o PT, que não aceita o estabelecimento de indenização em dinheiro, por temer prejuízos à reforma agrária. Também no Centrão, alguns parlamentares não aceitam o texto proposto.

O líder da retirada do Centrão, ontem, durante a votação, deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), é um deles, por estar preocupado com a expressão "subordinado ao bem-estar social", cujas implicações, diz ele, devem ser profundamente analisadas por juristas, antes de qualquer decisão.

### BURACO

#### Um esquema para evitar vazios na votação

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, explicou ontem que sempre que ocorrer o chamado "buraco negro" nas votações (ausência de texto da Comissão de Sistematização ou das emendas aprovadas por 280 constituintes, por falta de acordo, como é o caso do parágrafo que trata do direito à propriedade), a matéria será objeto de negociação pelo prazo de 48 horas, prorrogáveis por mais 24.

O processo de votação, contudo, não será interrompido durante este período, passando-se a votar o dispositivo seguinte, conforme salientou Ulysses Guimarães. Ressaltou ainda que não pretende criar nenhum obstáculo para votação de matérias "relevantes e polêmicas que teremos pela frente". Ele informou que existem 136 pedidos de destaque para votação em separado e que a decisão de abrir prazo para entendimentos poderá ser utilizada em todos eles.

"Até que as posições divergentes se compatibilizem, nesta ou naquela matéria, vamos prosseguir votando os dispositivos seguintes, para evitar maiores atrasos" — afirmou Ulysses.

Ulysses assumiu a presidência da sessão de ontem às 11 horas. Antes de sua chegada, vários constituintes ocuparam a tribuna para criticar a sua decisão de suspender abruptamente a sessão anterior, no período de votação do artigo que trata do direito à propriedade. O líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou que Ulysses devia ter dormido com a "consciência pesada, pois ele que defende tanto o aceleramento dos nossos trabalhos acabou por atrasá-los ainda mais".

Para Lula, Ulysses demonstrou que não é nem parlamentarista nem presidencialista. "Acho que ele é monarquista, pois agiu como um imperador ou um rei, sem levar em consideração a vontade da maioria do plenário". O líder do PT lembrou que os constituintes ganham mais de Cr\$ 400 mil por mês "e não podem ficar brincando de fazer Constituição".

Também o líder do PC do B, Haroldo Lima, criticou a atitude de Ulysses: "Ele fez o jogo do Centrão". O líder do PCB, deputado Fernando Santana, afirmou que a atitude de Ulysses não tem amparo no regimento interno. Nenhum líder do PMDB defendeu ou criticou a posição de Ulysses. Sua defesa ficou por conta do deputado Farabulini Júnior que, em nome do PTB, aplaudiu a sua "sábia decisão de suspender aquela sessão e permitir um acordo".

### Solução para a estabilidade: uma fusão de emendas?

Ulysses Guimarães, pela 12ª vez internamente na presidência da República, recebeu ontem no Palácio do Planalto as lideranças da Constituinte

para discutir o acordo sobre a estabilidade no emprego. Estiveram com Ulysses representantes do Centrão, Centrão, Grupo dos 32 e a "ala

esquerda" do PMDB. As propostas são tão divergentes, porém, que não se conseguiu qualquer acordo. As esquerdas insistem na sua emenda, de garantia de

emprego. Mas há possibilidade de uma fusão das propostas apresentadas. O ponto de discordância é a questão da indenização: a esquerda não quer, o Centrão não abre mão.



Os constituintes procuram nas raízes da extinta Aliança Democrática as razões da fraqueza de uma coligação que uniu PMDB e Frente Liberal, até então não estruturada como partido.

E talvez indaguem sobre essas raízes, especialmente porque não viram a coligação preocupada com o programa de governo, que, segundo o último item do documento que formalizou a Aliança (7 de agosto de 1984), deveria ser elaborado conjuntamente pelos dois agrupamentos políticos.

Na última reunião em que foi sacramento o texto que tivera suas três minutas revistas pelos representantes das duas facções na redação que se alterava constantemente — o senador Marco Maciel e o então líder do PMDB — ficara decidido que o mesmo seria assinado por Ulysses Guimarães, presidente peemedebista; governador Tancredo Neves; vice-presidente da República, Aureliano Chaves; e pelo senador pernambucano.

Esse programa, segundo se fixara no documento cujo título era "Compromisso com a Nação", levou muito tempo para ser escolhido, até porque conforme seu texto, deveria fortalecer-se com outros partidos políticos e forças democráticas que desejassem unir-se "para solucionar as graves e urgentes problemas que afligem o Brasil".

É curioso observar que Tancredo desejava o apoio dos deputados do PDT, mas evitava a todo custo a adesão ostensiva de Leonel Brizola.

O então líder do PMDB disse-lhe da possibilidade de integração do PDT na Aliança, mas Tancredo revelou desinteresse nesse apoio preliminar ostensivo. Irmão de três generais do Exército, Tancredo revelava com conhecimento de causa que para os militares dois nomes entre os exilados que retornavam ainda assustavam: Brizola e Arrais. Por isso era preferível receber os votos pedetistas sem a integração do partido de Brizola na Aliança.

A adesão posterior não causaria problemas maiores e, por isso, o texto admitiu que outros "partidos políticos que venham a integrar a Aliança Democrática" participassem da elaboração do programa de governo.

O apoio ostensivo na fase preliminar de constituição da Aliança tinha que ser evitado para não pre-

judicar o curso da candidatura Tancredo, que não enfrentava problemas de voto militar.

Hoje, porém, os constituintes se ressentem da não elaboração do programa de governo anunciado na constituição da Aliança Democrática, embora os pontos essenciais já estivessem estipulados no documento de sua formalização.

O programa, assim, não foi formulado como se anunciara no último item do "Compromisso com a Nação"; nem cumpridas as promessas mínimas constantes do seu texto pela Nova República.

Prometera o documento a "realização da justiça social", "as inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige", até porque "a hora não admite vacilações". Prometera, mais, o "Compromisso com a Nação", "o escrupuloso respeito pela coisa pública".

O texto era também preciso quanto a essa mudança, visando um clima novo de moralidade administrativa: "Em uma Nação marcada pela nobreza e ameaçada

## "TRAIDORES DO POVO"

A Polícia Federal vai investigar quem andou espalhando esses cartazes

O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, enviou ontem à Polícia Federal uma ordem clara e expressa: investigar a origem e os responsáveis pela impressão e colagem de cartazes que acusam os parlamentares do Centrão de "traidores do povo". Segundo esses parlamentares, os cartazes foram distribuídos inicialmente pelos Sindicatos dos Bancários, mas sua produção é de orientação da CUT.

O pedido de Pertence à Polícia Federal partiu de um outro pedido do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que solicitou a retirada dos cartazes que já estão afixados nas ruas de Brasília, Rio e Curitiba, indicando inclusive o número do telefone de cada "traidor do povo". "Esses cartazes extrapolam o direito de crítica e de manifestação de pensamento, para atingir, de modo inequívoco, a independência e a dignidade dos constituintes, em constrangimento ilegal à sua liberdade de decisão", diz Ulysses no ofício que enviou ao procurador-geral da República.

As providências de Ulysses atenderam às reclamações de vários parlamentares do Centrão, particularmente do líder do PDS, deputado Amaral Neto, que relatou ter recebido telefonemas anônimos com ameaças à sua família. Outros parlamentares, como Márcio Braga (PMDB-RJ) e Airton Cordeiro (PFL-PR), estão processando o Sindicato dos Bancários do Rio e do Paraná.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) protestaram na sessão de ontem contra os panfletos, distribuídos, segundo eles, em todo o País, com o retrato, o nome e o telefone dos constituintes que estão votando com o Centrão. "Minha mãe teve que ser retirada de minha casa, porque, além das ameaças por telefone, pessoas descobriram meu endereço e estão passando por lá para intimidar meus familiares", relatou Sandra. E ela diz que não é integrante do Centrão e nem votou pelos cinco anos para Sarney, conforme denunciavam os cartazes.

O líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, subiu à tri-

buna para defender o direito dos trabalhadores de condenar publicamente os constituintes que votaram contra seus interesses. Disse, inclusive, que ele próprio tem recebido telegramas e tem sido alvo de críticas de empresários por suas posições na Constituinte. Mas acabou prometendo que vai conversar com a direção da CUT para que sejam evitadas "generalizações". "Você pedir que eles citem nominalmente os que votaram contra os trabalhadores, para que não haja generalizações e injustiças. Mas não vou pedir que eles parem de denunciar, da mesma forma que não vou protestar contra críticas que recebo da classe empresarial", sustentou Lula.

Por enquanto, o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, pediu apenas a investigação da responsabilidade pela confecção dos cartazes. Retirá-los das ruas, como solicitou Ulysses, depende de outra ordem da Procuradoria-Geral à Polícia Federal, que apenas instruiu as superintendências regionais para investigar.